

SINTSEP-GO

Filiado a
CUT
e
COISSEF

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás
Ano XXI - nº 88 - junho de 2011

ESPLANADA VERMELHA



Delegação do Sintsep-GO integra caravana de 15 mil trabalhadores, que marcharam na Esplanada dos Ministérios, viabilizando a primeira reunião histórica entre a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e entidades representativas dos servidores Pg. 03

12 HORAS JÁ

Integrantes do Sintsep-GO e da Asmitago entregaram pessoalmente, em Brasília, documento ao ministro Carlos Lupi, propondo implantação do turno de 12 horas **Pg. 02**

INTERIOR

Sintsep-GO acompanha, em Brasília, tramitação do projeto de Lei 4485/2008, que dispõe sobre concessão de pensão especial a trabalhadores intoxicados **Pg. 02**

GACEN JÁ!

Assessoria Jurídica do Sintsep-GO impetra mandado de segurança coletivo preventivo contra efeitos perniciosos da Portaria nº 630, de 31 de março de 2011, do Ministério da Saúde **Pg. 02**

INTOXICADOS



Após realização de seminário no município de Morrinhos, Sintsep-GO cumpre mais uma etapa da discussão sobre saúde e direitos destes servidores **Pg. 04**

INCRA

Artigo de autoria do diretor de Comunicação do Sintsep-GO, Gilson Filho, analisando aspectos da campanha "Incra Forte Já" e o processo de discussão entre governo e servidores **Pg. 04**



ESPAÇO JURÍDICO

Sintsep-GO ingressa com ação coletiva de Indenização por Assédio Moral em prol de 26 servidores(as) da Funai lotados na CTL de Goiânia **Pg. 04**



12 HORAS JÁ!

Servidores do MTE-GO mais próximos do turno de 12 horas

Integrantes do Sintsep-GO e da Asmitego entregaram pessoalmente, em Brasília, documento ao ministro Carlos Lupi, propondo implantação do turno de 12 horas



Representantes do Sintsep-GO e da Asmitego entregam ao Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Lupi, proposta de implantação das 12 horas corridas de trabalho

Em mais uma vitória, fruto da luta dos trabalhadores do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás (MTE-GO) e do Sintsep-GO, Fátima Maria de Deus, (Diretora do Sintsep-GO), e Welison Marques de Araújo da Associação dos Servidores do MTE-GO (Asmitego), entregaram no último dia 4 de maio, em Brasília, ao ministro Carlos Lupi, a proposta de implantação – na SRTE/GO – do turno ininterrupto de 12 horas corridas para atendimento ao público.

A proposta, protocolada no ministério pelo número 47810.000412/2011-30, agradeceu o ministro Lupi. De acordo com Fátima, diretora de Finan-

ças do Sintsep-GO e também servidora integrante do quadro efetivo da SRTE/GO, Carlos Lupi afirmou que pretende estender o novo turno de trabalho não somente para Goiás, mas para todos os estados do Brasil.

O documento foi entregue pessoalmente a Carlos Lupi por integrantes do Sintsep-GO e da Asmitego. O sindicato aproveita a ocasião para ressaltar o empenho dos servidores do MTE/GO, que deram um importante passo na concretização deste objetivo, graças à sua força de luta e mobilização. Parabéns!



Integrantes da base do Sintsep-GO se reúnem com deputado Federal Pedro Chaves solicitando apoio para acompanhamento do PL 4485/2008

A comissão instituída na última plenária de base do Sintsep-GO, no dia 1 de abril, para acompanhar o Projeto de Lei nº 4485/2008 – de autoria do Deputado Federal Zequinha Marinho (PMDB/PA) – composta pelos companhei-

ros Onofre Gonçalves Rodrigues (diretor suplente do Sintsep-GO), Onir Carlos do Santos (delegado sindical de base e Presidente da Assuf) e Honorato Ferreira dos Santos Neto se reuniu com o deputado Federal Pedro Chaves no último dia 03 de maio, em Formosa (GO), solicitando apoio do mesmo no acompanhamento do referido PL, bem como para que pudesse acom-

panhar os integrantes da comissão a uma visita ao gabinete do relator do projeto e demais comissões. Na oportunidade, foi entregue a Pedro Chaves cópia do referido PL.

Já no dia 04, o deputado Pedro Chaves retornou ligação para Onir Carlos, informando que entrou em contato com o Deputado Zequinha, o qual informou que reabriu o processo e criará uma nova comissão. A comissão aguarda audiência com o relator para mais esclareci-

mentos.

PL 4485/2008

O PL 4485/2008 dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Sucam e atual Funasa, que foram contaminados pelos inseticidas DDT e Malathion já que, na época, manuseavam o material nem quaisquer equipamentos de segurança capaz de impedir ou, ao menos, minorar a possibilidade de intoxicação por parte de seus manipuladores.

INTERIOR

Comissão do Sintsep-GO acompanha projeto em Brasília

Projeto de Lei 4485/2008 dispõe sobre concessão de pensão especial a trabalhadores da extinta Sucam, contaminados pelos inseticidas DDT e Malathion

RÁPIDAS

Gacen já!
O SINTSEP/GO, buscando assegurar o direito dos seus filiados, impetrou no último dia 06 de maio de 2011, junto ao STJ (Superior Tribunal Superior), mandado de segurança coletivo preventivo, com pedido de medida liminar inaudita, para resguardar todos os direitos dos trabalhadores do Ministério da Saúde que recebem a gratificação denominada de Gacen, contra os efeitos perniciosos da Portaria nº 630, de 31 de março de 2011, do Ministério da Saúde. Visto que, a portaria hora em vigência extrapola seu poder regulamentar, quando restringe direito resguardado em lei. Pela qual fazemos referência e citamos a lei 11.784/2008, e isso é vedado pelo STJ. Assim, mais uma vez, nossa entidade - sentindo a necessidade de tomar providências - buscou a seara judicial para fazer valer os direitos da classe trabalhadora.

Lei 12.277/10 para todos

Condese e suas filiadas em todo o país se orgulham da luta justa para que a Lei 12.277/10 (tabela diferenciada para cinco cargos de

nível superior do Executivo) seja concedida aos demais cargos da administração pública. Assim que a lei foi publicada a Confederação apresentou estudos ao Planejamento que respaldam a justa reivindicação dos trabalhadores de nível superior (NS), instalando a negociação. Por decisão congressual, a entidade também defende a extensão deste percentual de reajuste aos servidores do nível intermediário (NI) e auxiliar (NA). O governo já declarou que concorda com a equiparação para o NS. Assim, não há motivos para que os trabalhadores do NS se sintam prejudicados com a luta que envolve NI e NA. Ao contrário, a unidade de todos é fundamental para assegurar que o Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, até 31/08 (data limite para votação), as demandas já acordadas.

MI 880

Atenção, de acordo com a chefe de gestão de Recursos Humanos do núcleo do Ministério da Saúde em Goiás, Marli Sorel, os efeitos do Mandado de Injunção 880 – que determina contagem especial de tempo insalubre para efeito de abono de permanência e aposentadoria estão

temporariamente suspensos. Tal fato ocorre devido a questionamentos feitos pela Controladoria-Geral da União (CGU) referente ao modo como estão tramitando os processos dos servidores enquadrados nesta situação. Por conta disso, MS e MPOG buscam solução conjunta para este entrave. Espera-se que, nos próximos dias, o MPOG publique nova orientação normativa para readequar a forma como a administração federal vai proceder diante dos efeitos do MI 880. Para os servidores que já atingiram tempo de serviço suficiente para se aposentarem ou para solicitarem o abono de permanência – sem necessidade de contagem especial de tempo de serviço – o processo permanece normal.

MI 880 2

Marli Sorel informa ainda que o núcleo do MS em Goiás tem tido dificuldade para dar prosseguimento aos efeitos do MI 880 no caso de vários colegas que vieram para Goiás removidos sobretudo da região Norte do país – grande maioria do estado do Pará. Isso porque o órgão ainda não conseguiu, junto à Funasa, documentação que com-

prove a atividade insalubre exercida pelos trabalhadores. Segundo Sorel, muitos deles não têm contado ainda nem o tempo celetista. A título de encaminhamento, a chefe de gestão de Recursos Humanos do MS/GO oficializou a Funasa pedindo a colaboração para que se faça um “pente fino”, buscando toda a documentação referente a esses servidores. O Sintsep-GO tem reforçado a parceria com o órgão, no sentido de auxiliar esses(as) companheiros(as), garantindo o cumprimento de seus direitos.

Avaliação de Desempenho

Após realizar reunião para discutir Avaliação de Desempenho (AD), no último dia 23 de maio, em Morrinhos - com presença do MS/GO - Sintsep/GO relembra aos servidores já inclusos no processo de que os companheiros liberados para mandato classista, bem como aqueles(as) que, no período que antecede o último mês de avaliação, não tiverem trabalhado em pelo menos 2/3 dos meses avaliados, não passarão pelo processo, ficando desta forma com os 80 pontos.



Sintsep-GO movimenta 1º de Maio

Como é tradicional, o Sintsep-GO, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT-GO) e demais entidades sindicais participou do ato do 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador, em Goiânia. Durante a manifestação, o Sintsep-GO chamou a atenção para a necessidade de valo-

rização da classe trabalhadora brasileira. Foi lembrado ainda pelo sindicato a importância da participação das entidades nas etapas estadual, municipal e nacional da 14ª Conferência de Saúde, cujo tema é “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do povo brasileiro”.

ESPLANADA VERMELHA

Delegação do Sintsep-GO integra caravana de 15 mil trabalhadores, que marcharam na Esplanada dos Ministérios, viabilizando a primeira reunião histórica com a ministra do Planejamento

O dia 13 de abril entrou para a história das negociações entre servidores públicos federais e o governo da atual presidente Dilma Rousseff. Buscando negociar com o Ministério do Planejamento (MPOG) – desde o ano passado – os eixos que compõem a Campanha Salarial 2011, cerca de 15 mil trabalhadores de todo o Brasil praticamente lotaram a Praça dos Três Poderes. Eles promoveram uma grande marcha até o MPOG, onde aguardaram o fim de uma audiência entre representantes de 26 entidades e a ministra Miriam Belchior. A delegação do Sintsep-GO, que participou ativamente do ato, foi integrada por centenas de companheiros(as), de vários municípios de Goiás.

Enquanto ocorria a concentração, em frente ao Ministério do Planejamento, a ministra recebeu os representantes da luta conjunta dos servidores públicos federais, entre elas a Condsef. O encontro foi o primeiro desde a posse da presidenta Dilma e marcou a reabertura do processo de negociações com o governo. Na audiência, a ministra informou que a intenção é manter diálogo permanente com os servidores. Duvanier Ferreira, agora secretário de Relações do Trabalho, foi nomeado pela ministra para conduzir os processos de negociação.

Durante a audiência a ministra disse ainda que é intenção do governo encaminhar ao Congresso Nacional, até junho, projeto relati-

vo à regulamentação da Negociação Coletiva no setor público. Enquanto ainda estavam concentrados na Praça dos Três Poderes, representantes das entidades que organizaram a marcha desta quarta

conseguiram protocolar na Casa Civil documento destinado à presidenta Dilma. O documento traz os eixos defendidos pelo conjunto dos servidores e pede que a presidenta receba representantes da categoria. Reforça ainda que a luta por serviços públicos de qualidade é de toda a população brasileira.

Os servidores também estiveram no Congresso Nacional, onde acompanharam debate na Comissão

de Administração e Serviço Público sobre o PL 1992/07 que trata de uma Previdência Complementar para servidores. Parlamentares solicitaram vista da matéria que por enquanto não segue tramitando no Congresso. Servidores vão continuar promovendo trabalho de convencimento pela derrubada deste e de outros projetos prejudiciais ao setor, como o PLP 549/09, que pode congelar investimentos públicos pelos próximos dez

anos.

Eixos da Campanha Salarial 2011

- 1) Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- 2) Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- 3) Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito;
- 4) Retirada dos PLP's, MP's, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PLP 248/98, PLP 92/07, MP 520/10 e demais proposições);
- 5) Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- 6) Cumprimento por parte do governo dos acordos firmados e não cumpridos;
- 7) Definição de data-base (1º de maio).

PLP 549/09

Relator reafirma compromisso com servidores

Com outras entidades nacionais que integram a Campanha Salarial Unificada dos servidores federais, a Condsef foi recebida no último dia 11 de maio pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS), relator do PLP 549/09 – projeto que prevê congelamento de investimentos públicos pelos próximos dez anos.

O deputado voltou a afirmar que seu compromisso é pela defesa dos servidores e serviços públicos, reforçando que seu relatório vai apontar as incoerências da criação de um dispositivo que congela investimentos no setor. Em seu relatório o deputado deve destacar a existência de instrumentos legais e reais que já controlam a despesa de pessoal. É o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e o próprio Plano de Orçamento Anual. Segundo o deputado não há necessidade de um novo dispositivo para o que costuma ser chamado pelo governo de contenção de “gastos”. Outros já existem para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Inviabilização do serviço público

A aprovação de uma proposta como o PLP 549/09 ameaça inviabilizar por completo melhorias importantes, necessárias e fundamentais para garantir que o Estado cumpra com seu dever de atender a população e prestar serviços essenciais a que todo cidadão tem direito. Quando foi presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Pepe Vargas indicou a então deputada federal, Luciana Genro, como relatora do PLP 549/09. Luciana deu parecer contrário ao projeto. Agora como relator, Pepe disse que pretende continuar com a mesma linha de pensamento. Por se tratar de um projeto de lei complementar, o PLP 549/09 deve passar outras comissões. O objetivo das entidades nacionais é seguir trabalhando junto aos parlamentares pela rejeição da proposta.

Condsef, agendada no dia 2 de junho, debateu temas ligados à gratificação de qualificação, retificação de titulação, incorporação da GAE ao vencimento básico de servidores de nível auxiliar do PECFAZ e também reajuste da Gacen e Gecen.

O ciclo de reuniões específica da Condsef termina no dia 14 de junho com debates sobre as carreiras do Inep e FNDE, situação dos docentes de Fernando de Noronha, racionalização de cargos e assentos funcionais referentes a greves anteriores a 2010. O Planejamento também concordou em debater uma proposta de alteração da Lei 11.314/06. O objetivo é reabrir prazo para que servidores do Dnocs possam optar por uma bolsa administrativa. Quando da criação da lei muitos servidores deixaram de fazer a opção e a Condsef defende que é preciso chegar a um entendimento e garantir que aqueles que não fizeram adesão tenham essa chance assegurada.



PLENÁRIA NACIONAL

Nova grande marcha será promovida em junho

derais para garantir o atendimento das demandas mais urgentes do setor público.

Além de atos nos estados ocorridos ao longo do mês de maio, e marcha à Brasília no dia 16 de junho, os delegados de base da Condsef também aprovaram - ainda para junho - a realização de nova plenária nacional e reunião ampliada das entidades que patrocinam a luta nacional unificada.

Ainda no mês de maio, nos dias 17, 18 e 31, a Confederação integrou importantes reuniões em Brasília. Representantes de entidades nacionais do Executivo, Legislativo e Judiciário discutiram com o governo a regulamentação da negociação coletiva no setor público, direito de greve e organização sindical. O objetivo dos servidores é consolidar uma proposta única a ser defendida junto ao governo. Entidades e governo também trataram de pendências nos termos de compromisso que criam oficinas de trabalho para discutir projetos

como a MP 520/10, PL 1992/07 e PLP 549/09. Apesar de o Planejamento voltar a afirmar que o governo não apóia a aprovação do PLP 248/98, o texto do termo de compromisso vai necessitar de alguns ajustes antes de ser assinado. Criado no governo FHC, o PLP 248/98 prevê demissões sumárias caso um servidor alcance avaliação insuficiente por três vezes; consecutivas ou não. Para os trabalhadores o projeto quebra a estabilidade deixando o servidor vulnerável e à mercê de perseguições políticas.

Também inserido na programação nacional de atividades, o Sintsep-GO esteve presente em Brasília nos dias 19, 20 e 21, no encontro nacional das assessorias jurídicas da Condsef, com o objetivo de fazer um amplo levantamento de todas as demandas jurídicas que implicam em algum impacto na vida funcional dos servidores.

Até 14 de junho

A segunda reunião para negociar temas específicos da base da



Delegação do Sintsep-GO integra Plenária Nacional da Condsef, em Brasília.

Delegados sindicais da base da Condsef de Goiás - e mais 22 estados - aprovaram na última Plenária Nacional da categoria, em Brasília, calendário de atividades com reforço na mobilização em torno dos eixos que compõem a Campanha Salarial Unificada dos servidores federais. As atividades foram propostas durante uma das plenárias nacionais mais representativas da história da Condsef. Quase 500 servidores entre delegados e observadores participaram da plenária.

Dentre as atividades que se destacam, o calendário prevê uma nova grande marcha a Brasília, no dia 16 de junho. O objetivo é manter a unidade, tanto no Estados quanto em nível nacional, a mobilização e ampliar a pressão dos servidores fe-

Com seminário em Morrinhos, Sintsep cumpre mais uma etapa da discussão

Mais de 100 pessoas, entre servidores e familiares, participaram, no dia 23 de maio, de seminário, realizado na cidade de Morrinhos, que discutiu ações – em nível estadual e nacional – para que o governo reconheça o direito dos servidores da Funasa e do Ministério da Saúde (antiga Sucam), que sofreram intoxicação devido à manipulação de produtos químicos (veneno) no combate a vetores, transmissores de doenças, sem equipamentos de proteção.

Além da direção do Sintsep-GO, participaram da discussão a presidente do Sindsep-PA, Neide Solimões – que promove esta luta no norte do país há mais de 10 anos – e o deputado estadual Mauro Rubem (PT-GO), que tem atuado ao lado do Sintsep-GO, nesta luta, em Goiás. Muitos trabalhadores tentaram falar durante o evento, sobre suas experiências de vida e as limitações impostas pela intoxicação, mas não conseguiram. Muitos choraram e ou-

tros aproveitaram o momento como ocasião de desabafo.

A presidente do sindicato paraense apresentou um documentário que retratou a dificuldade dos servidores do norte do país, que tem tido dificuldade de realizar seus tratamentos por conta da Funasa. Ela reafirmou o alto nível de descomprometimento do governo com estes trabalhadores, ao negar que seu adoecimento ocorreu pelo uso dos inseticidas, e defendeu empenho dos servidores em garantir que leis, como o Projeto de Lei nº 4485/2008 (que dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Sucam e atual Funasa, que foram contaminados pelos inseticidas DDT e Malathion) sejam aprovadas.

Encaminhamentos

Após a discussão, vários companheiros deram seu depoimento ao Sintsep-GO, sobre as limitações físicas decorrentes da intoxicação e do descaso do governo para com essa

situação.

Antes do Seminário de Morrinhos, o Sintsep-GO patrocinou esta mesma discussão com 180 companheiros de Ceres e mais 25 municípios da região, no último dia 11 de abril. Ainda em 2010, o mesmo seminário foi realizado também em Jataí. No dia 6 de junho, a atividade ocorre em Formosa, cobrindo assim todos os Naces de Goiás. Após isso, haverá uma grande Seminário de encerramento, em Goiânia, no final de junho, para que se faça o fechamento desta discussão no Estado. As etapas goianas são uma preparação para uma audiência pública nacional, na Câmara dos Deputados e no

Mais de 100 companheiros, de 16 municípios, participaram do Seminário "A Saúde dos trabalhadores intoxicados", promovido pelo Sintsep-GO em Morrinhos.



Senado, em Brasília. "A expectativa é que consigamos unificar esta luta, que ocorre em vários estados do país – em alguns de forma mais avançada que outros – chegando à Brasília com um movimento forte, exigindo que o governo reconheça, de uma vez por todas, o direito destes trabalhadores em relação à sua qualidade de vida e aos recursos de seus tratamentos", afirmou o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues.

ARTIGO

INCRA: Boas e más notícias

Por Gilson Filho

Logo que a Presidenta Dilma assumiu, maus ventos sopraram forte lá pelas bandas do Incra. Logo quem (?) a classe trabalhadora apoiou. Desconfianças à parte, em 23 de março, o Sintsep-GO iniciou, com os servidores da Superintendência do Incra-GO, a campanha "Incrá Forte Já!", em uma Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa. O evento, com diversas entidades, reuniu movimentos sociais e parlamentares que discutiram o tema "o papel do Incra na Reforma Agrária".

Nos dias 7 e 8 de abril, a Condesf e a Cnasi promoveram o "Seminário sobre a Reestruturação do INCRA" com servidores representantes de todos os Estados, quando foram discutidas medidas e maneiras de fortalecer a autarquia. Convidado, o então recém nomeado presidente Celso Lacerda, participou, defendendo que o órgão deve ser reestruturado e fortalecido, a fim de que possa melhor exercer suas atribuições.

Na ocasião, o presidente afirmou não existir qualquer intenção de dividir ou esvaziar o Incra, registran-

do ser "claro que algumas atribuições específicas que oneram o órgão em termos financeiros e recursos humanos, como o Crédito Habitação, podem sofrer alterações" e assegurou que as nomeações para o cargo de Superintendente serão por critérios de reconhecido comprometimento e capacidade técnica.

Na ocasião foi cobrado melhorias do plano de carreira, ampliação da remuneração, valorização do quadro efetivo do órgão, melhoria no assessoramento jurídico para defender o Instituto e os servidores, bem como o combate às ingerências na autarquia. Em estados como Pará, Espírito Santo, Tocantins, Santa Catarina e Paraná, plenárias e atos marcaram o posicionamento firme da categoria contra uma reestruturação do Incra não discutida nem com os servidores, nem com a população.

Em Brasília, peritos agrários discutiram, em seu I Congresso Nacional, propostas para a política agrária do País. Já a Cnasi se reuniu com o Presidente Celso Lacerda e discutiu temas relacionados à composição de sua equipe de diretores, superintendentes regionais,

gratificação de desempenho, remuneração de servidores, cobrando agilidade nas decisões. Quanto à remuneração de servidores e reestruturação das carreiras, o presidente afirmou que isso será tratado em bloco, assim que a nova equipe de sua diretoria estiver nomeada. Ele disse que aguarda publicação das portarias dos indicados, cuja lista foi encaminhada em abril ao MDA e à Casa Civil.

Já os bons ventos são trazidos pela possibilidade de que nomeações de diretores e superintendentes regionais ocorrerão por comprometimento, capacidade e perfil técnico; pela renovação da direção da Assincra-GO e por ações judiciais de interesse da categoria – que vão tomando forma com o início das execuções das ações dos 28,86% e, de data mais



Audiência Pública promovida pelo Sintsep-GO, em parceria com Assincra-GO, Cnasi, deputado Mauro Rubem (PT-GO) e movimentos sociais.

recente, da Gdara, além de preparativos para os cálculos dos 3,17%.

Como se vê, em todo o Brasil, o movimento de trabalhadores tem feito a sua parte, no sentido de se mobilizar e cobrar do governo ações de fortalecimento do órgão, para o cumprimento de seu papel. Resta agora acompanhar se o presidente, Celso Lacerda, está sintonizado com as expectativas dos trabalhadores e, mais ainda, se terá respaldo e autonomia do governo Federal para dar impulso à Reforma Agrária e atuar, de fato, como presidente do órgão.

ESPAÇO JURÍDICO

AÇÃO COLETIVA FUNAI

O Sintsep-GO ingressou, em 06/05/11, com ação coletiva de indenização por Assédio Moral em prol de 26 servidores(as) da Funai lotados na Coordenação Técnica Local (CTL) de Goiânia. A ação tem como objetivo o pagamento de indenização para os servidores, em razão das atitudes desmoralizadoras e vexatórias que o órgão os submeteu após a edição do Decreto Presidencial nº 7.056/2009, responsável por reestruturar a FUNAI. Durante aproximadamente um ano, foram obrigados a trabalhar desprovidos dos serviços essenciais para o

funcionamento do órgão. Todas essas atitudes - arbitrárias e vergonhosas - foram corroboradas pelo Presidente da Funai, que se recusou a manter diálogo com os servidores. Assim, o Sintsep-GO busca amparo judicial a fim de coibir situações semelhantes e apoiar os servidores lesados.

AÇÕES NA JUSTIÇA

Por meio de sua Assessoria Jurídica, o Sintsep-GO comunica que os servidores abaixo relacionados foram vitoriosos no mês de abril nas ações dos 28,86%, além de outras como Gdpqts, Gdpst, Gdata e Gdasst.

28,86%

Josiel Vieira de Souza; Dorival Lima Souto; Vicente Cassiano Filho; Maurício D. de Rezende; José Luiz Rosa; Izabel Lima Pinto; Dimas Franco de Oliveira; Moacir Mateus dos Reis; José João de Oliveira; Michelle Aureliano Vieira; José Americo dos Santos; Helio Queiroz Caires; Fernando Rodrigues Nogueira; Maria de Lourede Nascimento; João Teodoro de Moraes; João Batista Ferreira; Joaquim Antonio Rodrigues; Idacir Cabral Goulart; Irani Frutuoso de Assis; Jeovanio Almeida da Costa; Marcos Antonio da Silva; Ademir da Paixão Sampaio;

Oswaldo Vieira Caixeta; Moises Pereira de Souza; Paulo Cesar de Oliveira; Arnaldo Carlos de França; Odivaldo G. de Sousa; Odilon Silva Coelho; Nilson de Jesus F. de Sousa; Avaniilde J. de Sousa; Celestino Augusto da Cruz; Luciana de Abreu e Silva; Maria das Dores N. Nascimento; Valdivino A. de Lima; Wilma F. de Oliveira.

Outras ações

Antônio G.; José Almir de Oliveira; Ernestino G. Costa; Maria L. Santos; Maria Aires Pereira; Silvia Fernandes Matias; Daniella S. de Oliveira; Casima R. de Sousa.

EXPEDIENTE

Editado sob responsabilidade da Diretoria Executiva: Presidente: Ademar Rodrigues de Souza; Vice-Presidente: Anderson Wanderley dos Santos; Secretário Geral: Vicente Gonçalves Ribeiro; Diretoria de Finanças: Fátima Maria de Deus; 2ª. Diretoria de Finanças: Deuselene Ramos de Moraes; Diretoria de Organização: Gilberto Jorge Cordeiro Gomes; Diretoria de Imprensa, Comunicação e de Promoção: Marcos Aurélio de Oliveira; Diretoria de Assuntos Jurídicos: Gilson de Oliveira Filho; Diretoria de Formação Sindical e Sindicalização: Márcia Jorge; Diretoria de Estudos Sócio Econômicos: Nilson Luiz Marques; Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Crescêncio Pinhão de Sena; Diretoria de Apoio ao Pessoal do Interior: Vilmar Martins da Silva; Diretoria de Articulação com os Movimentos Populares e Estudantis: Deusina Azevedo Soare e Diretoria da Mulher: Maura Lázara Leão. Diretores Suplentes: Raimundo Nonato de Miranda; João Gomes da Silva; José Ferreira da C. Filho; Ademar Romano; José Andrade da Silva; Wanderlan do Carmo Gomes; Claudinei José da Silva; Rubens Pereira de Melo; Laurison Antonio de Oliveira; Onofre Gonçalves Rodrigues; José Roberto Rodrigues da Cunha; Getúlio Rodrigues da Silva; Aducto Joaquim da Cruz Neto; Marcelo Nagata e Carlos Alberto Esteves Ferreira. Conselho Fiscal titular: Eliene Inácia Pereira; Sebastião Roberto G. Moreira; Silvestre Antonio Leal e Suplentes do Conselho Fiscal: Sebastiana Maria Galdino; Juarez Araújo C.o e Umberto Braz Rodrigues. Diagramação: Herbiun Bueno. Jornalista responsável: Rodrigo N. Leles (GO 1224-JP). Impressão: L.L. Gráfica e Editora Ltda. Tiragem: 5.000 exemplares.